

BR Towers SPE1
S.A.

**Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR de
30 de junho de 2016**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR	3
Balanco patrimonial	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações contábeis intermediária	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
BR Towers SPE1 S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

BR Towers SPE1 S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2016	31/12/2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	69.471	67.606	Fornecedores	10	7.181	6.241
Contas a receber de clientes	5	19.884	11.737	Impostos a recolher		1.259	1.056
Impostos a recuperar		983	886	Empréstimos e financiamentos	8	32.348	28.181
Outros créditos		21	-	Contas a pagar a partes relacionadas	9	2.116	4.993
Total do ativo circulante		<u>90.359</u>	<u>80.229</u>	Adiantamentos de clientes		<u>41</u>	<u>19</u>
				Total do passivo circulante		<u>42.945</u>	<u>40.490</u>
Aplicação financeira	6	<u>12.820</u>	<u>11.539</u>	Empréstimos e financiamentos	8	308.347	307.418
Total do realizável a longo prazo		<u>12.820</u>	<u>11.539</u>	Provisão para desmobilização	11	74.965	70.099
				Provisão de contingências	12	272	59
Imobilizado	7	<u>506.294</u>	<u>510.140</u>	Adiantamentos de clientes		<u>156</u>	<u>31</u>
Total do ativo não circulante		<u>519.114</u>	<u>521.679</u>	Total do passivo não circulante		<u>383.740</u>	<u>377.607</u>
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		211.369	211.369
				Prejuízos acumulados		<u>(28.581)</u>	<u>(27.558)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>182.788</u>	<u>183.811</u>
				Total do passivo		<u>426.685</u>	<u>418.097</u>
Total do ativo		<u><u>609.473</u></u>	<u><u>601.908</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>609.473</u></u>	<u><u>601.908</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.**Demonstrações de resultados**

Período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Período findo em 30/06/2016	Período de 01/04 a 30/06/2016	Período findo em 30/06/2015	Período de 01/04 a 30/06/2015
Receita operacional líquida	14	66.735	34.830	49.270	24.604
Custo dos serviços de locação	15	<u>(33.298)</u>	<u>(17.841)</u>	<u>(21.365)</u>	<u>(10.815)</u>
Lucro bruto		33.437	16.989	27.905	13.789
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(4.435)</u>	<u>(2.669)</u>	<u>(3.547)</u>	<u>(1.950)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		29.002	14.320	24.358	11.839
Receitas financeiras	17	4.795	2.395	2.825	1.602
Despesas financeiras	17	<u>(33.150)</u>	<u>(14.543)</u>	<u>(35.819)</u>	<u>(16.314)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(28.355)</u>	<u>(12.148)</u>	<u>(32.994)</u>	<u>(14.712)</u>
Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social		647	2.172	(8.636)	(2.873)
Correntes	18	<u>(1.670)</u>	<u>(1.275)</u>	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do período		<u>(1.023)</u>	<u>897</u>	<u>(8.636)</u>	<u>(2.873)</u>
Lucro (Prejuízo) por ação do período (expresso em R\$ por ação)		(0,00)	0,00	(0,03)	(0,01)
Lucro (Prejuízo) básico/diluído por lote de mil ações		<u>(3,91)</u>	<u>3,43</u>	<u>(33,04)</u>	<u>(10,99)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Período findo em 30/06/2016	Período de 01/04 a 30/06/2016	Período findo em 30/06/2015	Período de 01/04 a 30/06/2015
Lucro (Prejuízo) líquido do período	<u>(1.023)</u>	<u>897</u>	<u>(8.636)</u>	<u>(2.873)</u>
Total do resultado abrangente do exercício/período	<u><u>(1.023)</u></u>	<u><u>897</u></u>	<u><u>(8.636)</u></u>	<u><u>(2.873)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	<u>211.369</u>	<u>(20.020)</u>	<u>191.349</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(8.636)</u>	<u>(8.636)</u>
Saldos em 30 de junho de 2015	<u>211.369</u>	<u>(28.656)</u>	<u>182.713</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2016	<u>211.369</u>	<u>(27.558)</u>	<u>183.811</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(1.023)</u>	<u>(1.023)</u>
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>211.369</u>	<u>(28.581)</u>	<u>182.788</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(1.023)	(8.636)
Ajustes de		
Depreciação	15.304	14.672
Juros sobre empréstimos e apropriação do custo da dívida	28.208	31.288
Atualização provisão para desmobilização	4.866	4.272
Baixas líquidas de imobilizado	183	111
Provisão para contingências	213	59
Provisão de compras, serviços prestados e aluguel	183	-
Linearização da receita e receita diferida	224	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.670	-
Rendimento de aplicação financeira de longo prazo	(795)	(1.421)
	<u>49.033</u>	<u>40.345</u>
Variações no capital circulante		
Variação de ativos		
Contas a receber de clientes	(8.412)	1.326
Impostos a recuperar	(463)	(137)
Contas a receber com partes relacionadas	-	7.069
Outros Créditos	(21)	-
Variação de passivos		
Fornecedores	(395)	1.424
Impostos a recolher	275	(500)
Contas a pagar a partes relacionadas	(2.930)	(3.604)
Adiantamentos de Clientes	188	-
Outros	-	(1.143)
	<u>37.275</u>	<u>44.780</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Impostos pagos sobre o lucro	(1.376)	-
Juros pagos	(12.001)	(11.483)
	<u>23.898</u>	<u>33.297</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira em garantia	(486)	(262)
Aquisição de intangível	-	(4)
Aquisição de imobilizado	(10.436)	(226)
	<u>(10.922)</u>	<u>(492)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(11.111)	(6.717)
	<u>(11.111)</u>	<u>(6.717)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	1.865	26.088
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>67.606</u>	<u>31.016</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>69.471</u>	<u>57.104</u>
Variação do caixa e equivalentes	<u>1.865</u>	<u>26.088</u>
Variações de ativo e passivo que não afetam o caixa		
Aquisição de imobilizado não pago	(1.205)	-
Fornecedores e partes relacionadas a pagar referente a compra de imobilizado	1.205	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Receitas		
Receitas de locações	<u>73.537</u>	<u>54.292</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>19.267</u>	<u>8.044</u>
Valor adicionado bruto	54.270	46.248
Depreciação e amortização	<u>15.304</u>	<u>14.672</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>38.966</u>	<u>31.576</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>4.795</u>	<u>2.825</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>43.761</u>	<u>34.401</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	2.950	2.872
Impostos, taxas e contribuições federais	7.200	3.678
Despesas administrativas	1.485	668
Remuneração de capitais de terceiros	33.150	35.819
Prejuízo do período	<u>(1.023)</u>	<u>(8.636)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>43.762</u>	<u>34.401</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediária

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia") foi legalmente constituída em 17 de agosto de 2011, e possui sede na cidade de São Paulo, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações e empreendimentos imobiliários, e a administração por conta própria de bens imóveis.

A Companhia atualmente desempenha como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada para a indústria de Telecomunicações (aluguel de infraestrutura).

Em 13 de junho de 2014 foi assinado Contrato de Venda e Compra das Ações de emissão da BR Towers S.A (Companhia) e BRT Holding 1 S.A e BRT Holding 2 S.A. (controladoras) visando a transferência da totalidade das ações de emissão das empresas BRT para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 28 de outubro de 2014 e sua efetivação, em 19 de novembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o controle de 100% do capital foi transferido para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda., através da incorporação da BR Towers S.A.

2 Base de preparação

2.1 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 03 de agosto de 2016.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas a seguir:

- Determinação do arrendamento financeiro operacional.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota 7** - Imobilizado
- **Nota 11** - Provisão para desmobilização
- **Nota 12** - Contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

3.1 Arrendamentos

Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, Empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Administração da Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que são prontamente convertidos em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2016.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de torres de transmissão e *roof tops* para telefonia celular no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item de ativo imobilizado tem vida útil diferente, eles são registrados como itens individuais (componentes principais) de ativo imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	30/06/2016	31/12/2015
Torres e <i>roof tops</i>	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Em 30 de junho de 2016 não havia qualquer indicação de perda no valor recuperável de ativos.

3.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram

adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

3.8 Provisão para desmobilização

A provisão é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e roof tops instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares".

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações de desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

Alterações subsequentes na estimativa do custo de desmobilização são reconhecidas contra o ativo subjacente.

3.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.10 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da locação das torres e *roof tops* no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita mensalmente tendo como base a utilização, pelo locatário, dos espaços locados pela Companhia, e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

Em 30 de junho de 2016, 83% das receitas da Companhia estavam concentradas em um único cliente.

3.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variação cambial. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3.14 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.15 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.16 Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

3.17 Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

As decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas nos serviços conjuntos de locação de torres de telecomunicações. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento.

3.18 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas informações contábeis intermediárias. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial instruments (instrumentos financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from contracts with customers (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz o modelo único de contabilização de arrendamentos estabelecendo que o arrendatário deve reconhecer, com limitadas exceções, ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado

e o correspondente passivo. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2016	31/12/2015
Bancos	80	188
Aplicações financeiras	<u>69.391</u>	<u>67.418</u>
	<u><u>69.471</u></u>	<u><u>67.606</u></u>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada as taxas que variam entre 99 a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias a contar de sua contratação.

5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente a locação de torres e roof tops de telecomunicações, assim como receitas de compartilhamento e locação de solo para outras operadoras de telecomunicação.

Em 30 de junho de 2016 o valor das contas a receber era de R\$ 19.884 (R\$ 11.737 em 31 de dezembro de 2015). A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil das contas a receber.

A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

6 Aplicação financeira em garantia

A Companhia efetuou aplicações em Debêntures Compromissadas com remuneração de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras foram efetuadas como depósito caução para garantia da 2ª emissão de debêntures da Companhia. De acordo com as cláusulas de covenants, a Companhia deve manter saldo médio em aplicação financeira até seu vencimento em 2017. Em 30 de junho de 2016 o valor dessas aplicações financeiras era de R\$ 12.820 (R\$ 11.539 em 31 de dezembro de 2015). Essa garantia respeita a cláusula de covenants, conforme descrito na Nota 8.

7 Imobilizado

Custo	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	572.655	-	9	107	13	572.784
Adições	3.751	16.085	-	-	-	19.836
(Baixas)	-	(416)	(9)	(107)	(13)	(545)
Transferências	11.584	(11.584)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	<u>587.990</u>	<u>4.085</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>592.075</u>
Adições	1.543	10.098	-	-	-	11.641
(Baixas)	(71)	(112)	-	-	-	(183)
Transferências	10.264	(10.264)	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2016	<u>599.726</u>	<u>3.807</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>603.533</u>
Depreciação	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	(52.447)	-	-	(28)	(3)	(52.478)
Adições	(29.488)	-	-	(6)	(1)	(29.495)
Baixas	-	-	-	34	4	38
Em 31 de dezembro de 2015	<u>(81.935)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(81.935)</u>
(Adições)	<u>(15.304)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.304)</u>
Em 30 de junho de 2016	<u>(97.239)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(97.239)</u>
Valor contábil	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Em 31 de dezembro de 2015	506.055	4.085	-	-	-	510.140
Em 30 de junho de 2016	502.487	3.807	-	-	-	506.294

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia realiza periodicamente avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados.

8 Empréstimos e financiamentos

	30/06/2016	31/12/2015
Financiamentos no circulante	32.348	28.181
Financiamentos no não circulante	308.347	307.418
	340.695	335.599
	30/06/2016	31/12/2015
Movimentação do empréstimo		
Saldo inicial	335.599	317.420
Amortização de principal	(11.111)	(15.739)
Juros apropriados no período/exercício	27.966	56.662
Pagamento de juros	(12.001)	(23.355)
Apropriação do custo da dívida	242	611
	340.695	335.599
Valor final	340.695	335.599

a. 1ª emissão de Debentures

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples no valor de R\$ 251.368, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A Companhia captou o recurso com o Banco Santander, Banco do Brasil e Banco Votorantim por meio de integralização de debêntures, a um custo de CDI + 3,4% a.a., com um ano de carência de principal, e vencimento em 26 de outubro de 2022. Esse recurso foi utilizado para o financiamento de 50% (cinquenta por cento) do valor referente à aquisição, de 895 torres e 1.017 roof tops de telecomunicações de propriedade da Vivo S.A. Em 01 de novembro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente a primeira emissão de debêntures com pagamento total de R\$ 252.975.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 6.316 foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciar o valor líquido recebido, e no momento da liquidação antecipada, o saldo foi integralmente reconhecido no resultado.

b. 2ª emissão de Debentures

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples no valor de R\$ 300.000, não conversíveis em ações, para distribuição pública, a um custo definido de IPCA + 7,4% a.a., os pagamentos de juros e principal serão realizados trimestralmente, iniciando em 15 de janeiro de 2014 e a última parcela em 15 de outubro de 2023. Esse recurso foi utilizado para a amortização antecipada total da 1ª emissão de debêntures da companhia, para compor a garantia de conta reserva e para redução de capital. São garantias dessa operação: (i) alienação fiduciária de 100% das ações e; (ii) Cessão Fiduciária dos direitos de crédito da Companhia.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 3.339 estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para

evidenciação do valor líquido recebido. Os encargos financeiros da dívida são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de vencimento das debêntures.

O montante amortizado do custo das transações para o exercício foi de R\$ 242.

Cláusulas contratuais - covenants

As debêntures emitidas possuem cláusulas contratuais de covenants que exigem determinadas condições como; não ter 2 knots de downgrade no rating da emissão; apenas distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio quando cumpridas algumas condições estabelecidas na escritura; manter durante a vigência da emissão o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10; não contratar novos financiamentos em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000 e manter o índice de alavancagem acima de 30%

1. Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	30/06/2016
Fluxo de caixa ajustado	82.647
Caixa inicial s/ conta reserva	67.448
FCO - fluxo de caixa operacional	20.144
FCI - fluxo de caixa de investimento	(4.945)
Dívida onerosa	11.903
Amortização	5.920
Juros pagos	5.983
ICSD - Índice de cobertura de serviço da dívida	6,94

2. Índice de Alavancagem

	30/06/2016
Capital social	211.369
Total passivo e patrimônio líquido	609.473
Índice de alavancagem	34,68%

A Companhia está atendendo as obrigações previstas e requisitos para cumprimento das cláusulas contratuais - *covenants*.

9 Partes relacionadas

	30/06/2016	31/12/2015
Passivo circulante		
American Tower do Brasil (i)	2.035	4.963
LAP do Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ii)	30	30
ATC Mexico Holding Corp. (ii)	51	-
	2.116	4.993

- (i) O saldo refere-se ao montante líquido entre valores a pagar e a receber com a controladora American Tower do Brasil, por conta de à venda de ativos e despesas incorridas entre essas entidades, que são alocadas mediante critério de rateio previamente definido pela controladora, aplicado de maneira uniforme.
- (ii) O saldo refere-se a valores a pagar referentes a serviços prestados.

Com a reestruturação societária e organizacional mencionada na Nota 1, o grupo concentra os custos e despesas denominados “corporativos” na controladora que os repassa para suas controladas.

Em 30 de junho de 2016 o critério de rateio seguido pela controladora American Tower, foi assim determinado: rateio das despesas operacionais de acordo com o percentual definido pela controladora.

a. Remuneração do pessoal-chave

Pessoal-chave da administração inclui a presidência e toda a diretoria que juntos recebem uma remuneração no segundo trimestre de 2016, paga e rateada pela controladora, no montante de R\$ 63 (R\$ 43 no segundo trimestre de 2015).

b. Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a diretoria ou membros do Conselho de Administração.

10 Fornecedores

	30/06/2016	31/12/2015
Fornecedores	3.137	4.122
Aluguéis de imóveis a pagar	<u>4.044</u>	<u>2.119</u>
	<u>7.181</u>	<u>6.241</u>

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possuía saldos a pagar com seus fornecedores diversos. Sendo estes divididos entre fornecedores de Capex, que são os reforços estruturais de suas torres e os aluguéis devidos aos locatários.

11 Provisão para desmobilização

Os contratos entre a Companhia e os locatários dos espaços nos quais as torres e roof tops estão instalados, preveem que os custos de desmontagem e remoção dos itens e que a restauração do local é de responsabilidade da Companhia.

	30/06/2016	31/12/2015
Provisão para desmobilização	<u>74.965</u>	<u>70.099</u>
	<u>74.965</u>	<u>70.099</u>

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações para desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

12 Contingências

	30/06/2016	31/12/2015
Cíveis	<u>272</u>	<u>59</u>
	<u><u>272</u></u>	<u><u>59</u></u>

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui uma ação indenizatória, com risco de perda classificado como provável por seus assessores jurídicos, sendo registrada provisão de R\$ 272.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2012, foi aprovado aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 261.368, mediante a emissão de 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação calculada de acordo com a legislação em vigor. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, nesta data.

Em 29 de outubro de 2013 foi aprovada uma redução de capital no montante de R\$ 50.000 sem o cancelamento de ações. O valor da redução do capital social foi pago em janeiro de 2014.

Em 30 de junho de 2016 o capital social era de R\$ 211.369 representado por 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas

A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. O pagamento de dividendos esta limitado a certas cláusulas contratuais conforme nota 8 b.

14 Receita operacional líquida

	30/06/2016	30/06/2015
Receitas de locação de torres e <i>roof tops</i>	73.537	54.292
Impostos sobre receitas de locação	<u>(6.802)</u>	<u>(5.022)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>66.735</u></u>	<u><u>49.270</u></u>

15 Custos das locações

	30/06/2016	30/06/2015
Encargos de depreciação (Nota 7)	15.304	14.665
Manutenção e aluguel de solo	19.266	7.915
Creditos de impostos sobre depreciação	<u>(1.272)</u>	<u>(1.344)</u>
Custos das locações	<u>33.298</u>	<u>21.365</u>

16 Despesas gerais e Administrativas

	30/06/2016	30/06/2015
Salários, encargos e provisão de participação nos resultados (i)	2.950	2.272
Serviços de diversos	146	207
Despesas com aluguel	112	131
Despesa de benefícios a empregados	607	600
Despesas administrativas	335	217
Viagens e estadias	70	111
Contingências	213	-
Despesas tributárias	2	2
Encargos de depreciação e amortização	<u>-</u>	<u>7</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>4.435</u>	<u>3.547</u>

- (i) As despesas com salários, encargos e provisões são alocadas na Companhia de acordo com os critérios de rateio de despesas da American Tower do Brasil descrito na Nota 9.

17 Resultado financeiro, líquido

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas financeiras		
Atualização provisão para desmobilização	(4.866)	(4.272)
Juros/custo sobre empréstimos e financiamentos	(28.208)	(11.647)
Outras	<u>(76)</u>	<u>(259)</u>
	<u>(33.150)</u>	<u>(35.819)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	<u>4.795</u>	<u>2.825</u>
Resultado financeiro Líquido	<u>(28.355)</u>	<u>(32.994)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 23.160. Em função de incertezas quanto à realização dos créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal e da base negativa acima mencionados, a Companhia não registrou os referidos créditos em seu balanço patrimonial.

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/jun/16
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	647
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	220
Provisão para desmobilização - Depreciação (i)	528
Provisão para desmobilização - Atualização monetária (i)	1.642
Utilização do prejuízo fiscal	(721)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.670
Alíquota efetiva	258%

- (i) Diferenças temporárias consideradas na conciliação da taxa efetiva pois a Companhia não efetuou o registro do Impostos de renda diferido.

19 Instrumentos financeiros

a. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) **Risco operacional**
Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.
- (ii) **Risco de crédito**
Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

(iii) Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa (a)	69.471	67.606
Contas a receber	19.884	11.737
Total	89.355	79.343

- (a) Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada a taxas que variam entre 99 a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
30.06.2016				
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	7.181	7.181	-	-
Empréstimos e financiamentos	340.695	53.061	311.811	249.715
31.12.2015				
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	6.241	6.241	-	-
Empréstimos e financiamentos	335.599	46.202	287.781	327.560

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de alterações da taxa de juros.

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>Valor contábil</u>	
	30/06/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	69.391	67.418
Aplicações financeiras em garantia	12.820	11.539

(vi) Análise de sensibilidade

O montante de R\$ 340.695 (100% do total) dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão indexados ao IPCA. A taxa atual do IPCA é 8,84%, a Companhia estima que se mantendo o nível atual deste indexador as despesas financeiras referentes à este financiamento totalizariam R\$ 51.161 nos próximos 12 meses, em caso de aumento no indexador de 25% ou 50%, a despesa financeira estimada para o mesmo período seria de R\$ 58.188 ou R\$ 65.206 respectivamente.

(vii) Valor justo

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

b. Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia, sendo que os valores contábeis são idênticos ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

30 de junho 2016

Descrição	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	80	-	80
Aplicações financeiras	-	69.391	-	69.391
Aplicação financeira em garantia	12.820	-	-	12.820
Contas a receber de clientes	-	19.884	-	19.884
Passivo circulante				
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	9.297	9.297
Empréstimos e financiamentos	-	-	32.348	32.348
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	308.347	308.347

31 de dezembro 2015

Descrição	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	188	-	188
Aplicações financeiras	-	67.418	-	67.418
Contas a receber de clientes	-	11.737	-	11.737
Ativo não circulante				
Aplicação financeira em garantia	11.539	-	-	11.539
Passivo circulante				
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	11.234	11.234
Empréstimos e financiamentos	-	-	28.181	28.181
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	307.418	307.418

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	30/06/2016	
Descrição	Valor justo através do resultado	Nível
Ativos circulantes		
Aplicações financeiras	69.391	2
Ativos não circulantes		
Aplicações financeiras em garantia	12.820	2
	31/12/2015	
Descrição	Valor justo através do resultado	Nível
Ativos circulantes		
Aplicações financeiras	67.418	2
Ativos não circulantes		
Aplicações financeiras	11.539	2

20 Arrendamento operacional

A Companhia arrenda suas Torres e roof tops sob arrendamentos operacionais. No final do período de relatório, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Menos de um ano	48.029	41.520
Entre um e cinco anos	444.719	390.828
Mais de cinco anos	158.017	222.415

21 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2016, a cobertura de seguros contratada pela controladora, contra risco operacionais era composta por R\$ 6.374 para danos materiais e lucro cessantes R\$ 3.932 responsabilidade civil e riscos diversos.